

CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO E A EMPRESA ROSIMEIRE APARECIDA CORREIA DE SOUZA EVENTOS LTDA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS QUE ESPECIFICA

Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO - CIC**, criado sob a forma de Associação Pública, nos termos da Lei 11.107/2005, com sede na Rua Coronel Luiz Pinto, 334, Centro – Santa Lúcia/SP, inscrita no C.N.P.J. Nº 12.011.520/0001-89, neste ato legalmente representada pelo Presidente, o Sr. **ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR**, daqui por diante denominado simplesmente “CONTRATANTE”, e de outro lado a empresa **ROSIMEIRE APARECIDA CORREIA DE SOUZA EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 46.464.490/0001-88, com sede na cidade de Itajobi/SP, Estado de São Paulo, na Rua Antônio Scobosa. Lopes Nº 196, Jardim da Torre, Cep 15.840-000, representada legalmente por sua sócia administradora, a Sra. **ROSIMEIRE AP. CORREIA DE SOUZA**, brasileira, solteira, empresaria, portadora da Cédula de Identidade RG nº 341618317 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 278.176.748-41, residente e domiciliada na Rua Antonio Scobosa Lopes, nº 196, Jardim da Torre II, Cep: 15840-000, na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo, daqui por diante denominada simplesmente “CONTRATADA”, que de comum acordo têm entre si justo e contratado o presente contrato, com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª) - DO OBJETO:

1.1. Em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação, a “CONTRATADA” compromete-se ao FORNECIMENTO DE CONTROLADORES DE ACESSO A SEREM UTILIZADOS NO EVENTO CARNAVAL ARIRANHA 2026 – 100 ANOS DE ALEGRIA DOS DIAS 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE ARIRANHA/SP, conforme abaixo transcritos:

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	Fornecimento de 210 (duzentos e dez) serviços de controladores de acesso para os 05 (cinco) dias de festividades. Todos os profissionais deverão possuir certificados. Os profissionais deverão estar no local do evento, uniformizados, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, devendo permanecer no local no mínimo 30 (trinta) minutos após o encerramento das atividades. O transporte, alimentação, água, bem como a estadia dos profissionais será de responsabilidade da empresa contratada. Quantidade por dia: sexta-feira: 30 controladores de acesso, sábado 50 controladores de acesso, domingo (matine) 5	Unid.	210	R\$ 230,00	R\$ 48.300,00

	controladores de acesso, domingo (noturno) 45				
	controladores de acesso, segunda-feira 50				
	controladores de acesso, terça-feira 30				
	controladores de acesso.				
VALOR TOTAL					R\$ 48.300,00

Cláusula 2ª) – DOS PREÇOS E REAJUSTES:

2.1. Pelos serviços prestados, a “Contratante” pagará a “Contratada” a importância total de **R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais)**, contemplando todos os custos diretos e indiretos de qualquer espécie, decorrentes da presente contratação tais como: veículo, despesas de viagens, estadias, pedágios, refeições, combustível, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução, fretes e lucros.

2.2. Os preços ofertados na presente contratação serão fixos e irrevogáveis.

Cláusula 3ª) – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. A contratação será feita pela regime de execução de preço global.

Clausula 4ª) – DOS PAGAMENTOS:

4.1. O **pagamento** será efetuado em até **10 (dez) dias úteis**, após a emissão na nota fiscal e contados da finalização da liquidação da despesa.

4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, incidentes e proporcionais aos dias de atraso.

4.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

4.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on- line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

Clausula 5ª) – DA VIGENCIA:

5.1. O **prazo de vigência do futuro contrato** será de **30 (trinta) dias**, contados após assinatura do futuro termo de contrato.

Cláusula 6ª) – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas com a execução do presente contrato onerarão as dotações orçamentárias do orçamento vigente, classificadas e codificadas no orçamento do Consorcio Intermunicipal Culturando.

Clausula 7ª) – DA SUBCONTRATAÇÃO:

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula 8ª) – DAS ALTERAÇÕES:

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula 9ª) – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) *moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).*

(3) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4.01. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.4.02. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4.03. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação

da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Cláusula 10) – DO GESTOR/FISCALIZAÇÃO:

10.1. Fica assegurado ao CONSORCIO a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste contrato diretamente através do que dispõe o art. 117, combinado com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e alterações, ou através de terceiros devidamente credenciados através de autorização de resolução, designada pelo presidente do consorcio.

10.2. Para gerenciamento geral, acompanhamento e fiscalização operacional da execução deste contrato (Gestor e Fiscal de Contrato) será o responsável designado através de resolução.

Cláusula 11) - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

11.1. O CONTRATANTE poderá extinguir o presente contrato por ato administrativo unilateral, amigável por acordo entre as partes ou judicialmente nos termos da legislação e nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

Cláusula 12) – DA ANALISE DE CONTRATO:

12.1. A minuta do presente instrumento foi devidamente examinada e aprovada pela Procuradoria Jurídica, conforme determina a legislação em vigor.

Cláusula 13) - DO FORO:

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Alto/SP para dirimir as questões oriundas deste Edital que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento na forma do Código Civil.

Cláusula 14) – DO AMPARO LEGAL:

14.1. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133/21, com fulcro no Art. 75, Inciso II, e subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, e nas demais legislações e normas legais aplicáveis e cabíveis à espécie, inclusive supletivamente, os princípios gerais do Direito Público ou Privado.

Cláusula 15) – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. As situações não previstas neste contrato, serão reguladas pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

E, por estarem assim justos e avençados as partes, firmam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de



igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Santa Lúcia/SP, 11 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO
"Contratante"

ROSIMEIRE APARECIDA CORREIA DE SOUZA EVENTOS LTDA
ROSIMEIRE AP. CORREIA DE SOUZA
RG nº 341618317 SSP/SP
CPF nº 278.176.748-41
"Contratada"

Testemunhas:

Nome:

Rg.

Nome:

Rg.



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO

CONTRATADA: ROSIMEIRE APARECIDA CORREIA DE SOUZA EVENTOS LTDA

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): 007/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CONTROLADORES DE ACESSO A SEREM UTILIZADOS NO EVENTO CARNAVAL ARIRANHA 2026 – 100 ANOS DE ALEGRIA DOS DIAS 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE ARIRANHA/SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Lúcia/SP, 10 de fevereiro de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: -

Nome: Antonio Carlos Abuabud Junior

Cargo: Presidente do Consorcio

CPF: 084.002.848-28



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Antonio Carlos Abuabud Junior

Cargo: Presidente do Consorcio

CPF: 084.002.848-28

Assinatura: _____

ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Antonio Carlos Abuabud Junior

Cargo: Presidente do Consorcio

CPF: 084.002.848-28

Assinatura: _____

ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR

Pela contratada:

Nome: Rosimeire Ap. Correia de Souza

Cargo: Proprietária

CPF: 278.176.748-41

Assinatura: _____

ROSIMEIRE AP. CORREIA DE SOUZA

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Antonio Carlos Abuabud Junior

Cargo: Presidente do Consorcio

CPF: 084.002.848-28

Assinatura: _____

ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Luiz Mozzambani Neto

Cargo: Diretor de Projetos CPF:

094.914.748-63

Assinatura: _____

LUIZ MOZZAMBANI NETO

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Jurídico Nome:

Daniel Gustavo Tercino

Cargo: Diretor jurídico

CPF: 220.193.348-01

Assinatura: _____

DANIEL GUSTAVO TERCINO



DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO

CNPJ Nº: 12.011.520/0001-89

CONTRATADA: ROSIMEIRE APARECIDA CORREIA DE SOUZA EVENTOS LTDA

CNPJ Nº: 46.464.490/0001-88

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): 007/2026

DATA DA ASSINATURA: 11/02/2026

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de controladores de acesso a serem utilizados no evento Carnaval Ariranha 2026 – 100 anos de alegria dos dias 13 a 17 de fevereiro de 2026 no município de Ariranha/SP.

VALOR (R\$): R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais)

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Santa Lúcia/SP, 10 de janeiro de 2026.

CONTRATANTE: Antonio Carlos Abuabud Junior, Presidente do Consorcio,
junior.abuabud@gmail.com

Assinatura: _____
ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR

CONTRATADA: Rosimeire Ap. Correia de Souza, Proprietária, rssouza698@gmail.com

Assinatura: _____
ROSIMEIRE AP. CORREIA DE SOUZA